

ESCOLA DE TODOS NÓS: UMA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA PRATICADA CONTRA ALUNOS E PROFESSORES

Márcia Lacerda Santos Santana

Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC
marlacerda1@yahoo.com.br

Cíntia Lopes Vieira de Jesus

Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC
cinthiavieira1988@hotmail.com

Délia de Oliveira Ladeia

Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC
deliaeducadora@gmail.com

Cândida Maria Santos Daltro Alves

Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC
candida_alves@yahoo.com.br

Resumo: Este estudo traz uma análise do uso e da funcionalidade do espaço físico da Escola de Todos Nós, nome fictício dado à escola pesquisada em alusão às demais escolas públicas brasileiras. Essa análise perpassa pela possibilidade de inclusão/exclusão dos alunos e professores, neste ambiente físico, e da relação de poder constituída no processo de ocupação e apropriação dos seus lugares educativos. Buscou-se revelar o fluxo de violência escolar acometida neste processo de apropriação dos lugares e na relação das pessoas com este espaço. O caminho metodológico percorrido para realização deste estudo perpassou por um período de imersão na escola para observação e registro das ocorrências, conversas com a equipe escolar para levantamento dos dados e das informações e análise da planta arquitetônica da escola. Essas informações foram costuradas e pensadas à luz das seguintes referências teóricas: Zan e Possato (2014), Schmidt e Magro (2012), Gonçalves (1999) e Kowaltowski (2012). As questões levantadas no estudo apontaram para as dificuldades que são comuns e presentes no contexto da escola pública, na última década, principalmente em relação à escassez de lugares e ambientes de aprendizagens adequados a uma educação de qualidade. Entre as questões mais recorrentes da escola estudada estão o descontentamento de professores e alunos com a situação na qual a escola se encontra e a falta de condições de trabalho e de aprendizagem. Porém algumas iniciativas, embora isoladas, foram registradas na tentativa de reverter essa situação.

Palavras-chave: Ocupação do prédio físico. Relações de poder. Violência simbólica.

Introdução

O texto de Schmidt e Magro (2012), referencial deste estudo, traz uma reflexão sobre a questão do espaço escolar, seu uso, adequação e eficácia na vida e aprendizagem dos alunos e será utilizado juntamente com os textos de Zan e Possato (2014) e Gonçalves(1999) como fundamentação teórica para a análise do uso, funcionalidades e possibilidades educativas dos espaços na escola escolhida. A Escola de Todos Nós é um nome fictício dado à escola pesquisada, em alusão aos problemas que são presentes nesta, e também fazem parte dos problemas presentes em outras escolas públicas distribuídas pelo Brasil.

Diante das leituras realizadas registra-se a importância deste trabalho, quando o mesmo predispõe a pensar a escola a partir da análise do espaço físico e do seu uso, porque baseado em Lima (1989), o espaço físico deixa marcas e experiências nos seus usuários. A autora, ainda argumenta que não há espaço vazio de matéria nem de significado, não há espaço imutável, ele é dinâmico, porque vai se construindo e destruindo permanentemente, seja pelo homem, seja pela natureza (LIMA, 1989).

O espaço físico vivido, para Gonçalves (1999), marca a memória e, segundo essa autora, ele tem o poder de materializar tempos, costumes e pedagogias. A autora argumenta, ainda que o mesmo tem a dimensão do homem e que ninguém deixa de lembrar a casa onde viveu a infância, as grandes obras que visitou, a casa grande do poderoso da cidade, a grande avenida, o campo, a escola, o jardim – locais, enfim, que de uma forma ou de outra provocaram curiosidade, alegria, medo, conforto, segurança, descoberta. Conclui a autora, que o espaço físico construído é humano, portanto, também carrega subjetividade e há uma concepção de mundo neste trabalho.

Porém, essas marcas nem sempre são positivas, alegres e prazerosas. No texto de Zan e Possato (2014), as autoras tratam das marcas da violência implícitas na arquitetura escolar, especificamente, nos seus aspectos físicos. Registram que a arquitetura escolar é mais que cenários, onde todas as relações e os conflitos se estabelecem. Ela exhibe um programa visual, representativo de como a educação é compreendida em nosso país. As autoras colocam que os

espaços físicos das nossas escolas traduzem as relações de poder existentes na nossa sociedade, tanto no seu interior como no exterior dos seus ambientes.

Para Gonçalves (1999), as questões de degradação e empobrecimento do espaço físico escolar, o empobrecimento dos salários, da formação dos educadores, as condições de trabalho e de vida dos professores e alunos, são elementos excludentes e desqualificadores da educação. Para a autora, é possível afirmar que o empobrecimento da rede física escolar pública é resultado visível do modelo de desenvolvimento econômico, social e político do Brasil.

Com esse propósito de pensar o espaço físico e a sua degradação como um elemento desqualificador da educação é que este estudo vai dirigir um olhar atento para o espaço físico de uma escola de ensino médio, no estado da Bahia, com 907 alunos, distribuídos no turno diurno e noturno, que oferta educação de tempo integral e curso técnico no período diurno. No período noturno trabalha-se o ensino médio regular e a EJA (Educação de Jovens e Adultos), conforme discriminado nos quadros abaixo:

QUADRO 01: DISTRIBUIÇÃO DE TURMAS DE TEMPO INTEGRAL DO ENSINO MÉDIO – 2017

PERÍODO	1º ANO	2º ANO	3º ANO	TOTAL
Diurno	135 alunos	87 alunos	88 alunos	310 alunos

Fonte: Secretaria Escolar – Sistema de Gerenciamento Escolar – SGE. Agosto de 2017.

QUADRO 02: DISTRIBUIÇÃO DAS TURMAS DO ENSINO MÉDIO REGULAR – 2017

PERÍODO	1º ANO	2º ANO	3º ANO	TOTAL
Noturno	76 alunos	77 alunos	108 alunos	271 alunos

Fonte: Secretaria Escolar – Sistema de Gerenciamento Escolar – SGE. Agosto de 2017.

QUADRO 03: DISTRIBUIÇÃO DE TURMAS DA EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO ENSINO MÉDIO – 2017

PERÍODO	EIXO VI	EIXO VII	TOTAL
Noturno	157 alunos	80 alunos	237alunos

Fonte: Secretaria Escolar – Sistema de Gerenciamento Escolar – SGE. Agosto de 2017.

Por ofertar educação de tempo integral e buscar desenvolver uma proposta de educação também integradora esta instituição apresenta uma particularidade no seu turno diurno. O tempo integral é compreendido pelo Governo do Estado da Bahia através da Secretaria de Educação como uma concepção de educação que traz tem o intuito de diversificar o universo educativo dos estudantes, estendendo a outros espaços além da escola, com experiências científicas, artísticas, culturais e esportivas. A Educação Integral na concepção defendida pela o Governo da Bahia articula-se com as diversas áreas do conhecimento, e formas de aprendizagens, e fomenta a parceria entre escola e comunidade. Visa, também, a ampliação da permanência diária de crianças, jovens e adolescentes na escola, a fim de desenvolver todas as dimensões da formação humana: cognitiva, afetiva, histórico-social, profissional e familiar (BAHIA, 2014).

Através do decreto nº 16.718 de 11 de maio de 2016, o Governo do Estado da Bahia criou os Complexos de Educação da Bahia, com a intencionalidade de ser uma escola de tempo integral e com uma proposta integradora. Neste mesmo ano, firmou um convênio entre a Secretaria de Educação e a UFSB (Universidade Federal do Sul da Bahia), quando a escola pesquisada, passou então, a partir deste decreto a ser um dos Complexos de Educação criados no estado. Atendendo no período diurno como uma escola de tempo integral e orientada pedagogicamente pela UFSB - via convênio - a universidade assume a responsabilidade de orientar a construção junto à comunidade escolar de um modelo pedagógico na perspectiva integradora do currículo. Para esse fim, mantém um professor formador/coordenador dentro da unidade de educação desenvolvendo a função de articulador escola/universidade.

A instituição O prédio escolar foi inaugurada nos anos 1979 com um padrão arquitetônico arrojado tanto para a época como para a cidade, com a finalidade de ser um grande pólo de educação da região, no momento áureo dos cursos profissionalizantes no país que, seguindo a legislação vigente na época, era ofertado em concomitância com a formação técnica. Neste período, funcionou com sua capacidade máxima de atendimento ofertando 29 turmas em 03 turnos e vários cursos profissionalizantes, entre eles: administração, contabilidade, saúde e magistério das séries iniciais.

Quanto à dimensão da área construída, a escola ocupa todo um quarteirão, próximo ao centro da cidade, em um bairro muito populoso e residencial, com uma enorme área livre e verde, onde está distribuída uma quadra de esportes e um espaço para jardinagem e cultivo. Possui aproximadamente 45 professores, em sua maioria com 40 h/atividade, e todos com pós-graduação nas suas áreas específicas de atuação, uma equipe gestora formada por 01 diretora e 03 vices com 40 horas, além de articulador pedagógico e articuladores de área no diurno e no noturno.

A equipe de apoio é composta por profissionais de segurança, limpeza, cozinha e técnicos da secretária escolar. O número do pessoal de apoio é bem modesto em relação ao tamanho da escola e a sua funcionalidade. São 18(dezoito) profissionais de apoio e 05 (cinco) da secretaria escolar, todos com vínculo de trabalho provisório, ligados a empresas de terceirização de serviço que, constantemente, realizam trocas de pessoal, causando descontinuidade no serviço oferecido e sentimento de não pertencimento destes profissionais à unidade de educação, o que vem ocasionando muitos conflitos e descontentamento, tanto por parte do servidor, quanto por parte da comunidade escolar. Vejamos o quadro abaixo.

QUADRO 04: FUNCIONÁRIOS DE APOIO ESCOLAR

FUNÇÃO	QUANT.	TIPO DE VINCULO FUNCIONAL
Secretaria escolar	-----	
Auxiliar de secretária	05	02 pessoas por nomeação 03 pessoas contrato temporário
Auxiliar de Limpeza	10	Contrato temporário
Cozinheiras	06	Contrato temporário
Auxiliar de segurança	02	Contrato temporário

Fonte: Secretária da escola -2017

Em vista da necessidade de contextualizar o lugar de onde se fala o espaço físico, o estado de degradação e desqualificação da educação ali ofertada, surge então a necessidade de analisar a relação de poder estabelecida e travada no processo de ocupação e demarcação deste espaço-lugar

pesquisado. No primeiro momento, serão analisados alguns dos espaços-lugares internos a partir do uso e funcionalidade dos mesmos, e no momento seguinte, o foco será nos espaços externos e suas condições de uso para atender uma proposta integradora de currículo, tendo o conceito de espaço, enquanto edificação física, prédio e/ou construção. E os lugares, enquanto composição de ambientes, singularidades e materiais específicos para um uso determinado.

DA ABUNDÂNCIA DE ESPAÇOS FÍSICOS À FALTA DE LUGARES: UMA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA PRATICADA CONTRA ALUNOS E PROFESSORES.

Para os autores estudados, a arquitetura escolar vem ganhando, nos últimos anos, a atenção de muitos educadores, tomando por base o espaço escolar e suas condições materiais como uma variável a ser considerada no alcance da tão almejada qualidade de ensino. Na visão de Schimidt e Magro (2012), o espaço escolar é a edificação própria construída para ser local que se dá a educação e onde se estabelece uma relação diacrônica entre fixos e fluxos. Para os autores, fixo é o prédio e fluxo são as ações, as pessoas, as interações, que ocupam e desocupam o prédio (fixo), de tempos em tempo.

Ao ocupar e apossar do espaço físico (prédio - fixo) este espaço ganha vida, adquire singularidade, constrói lugares (ambientes) específicos e diversos de acordo com seus usos e destinos. Para Gonçalves (1999), o espaço físico compõe a vida escolar como parte de suas multideterminações.

Nessa ocupação de lugares se revela todo um jogo de poder e hierarquias presentes/ausentes nas relações de poder que se estabelecem dentro das instituições de educação segundo a microfísica do poder em Foucault (1998). Também em Alves (1998), citada por Schmidt e Magno (2012), essa ideia está presente, ao afirmar que:

A escola é lugar porque é cheio de objetos e seres discriminados, marcados e hierarquizados (a cadeira é do diretor; a mesa do professor; o fogão da cozinha; a bola é do aluno, etc...) (ALVES, 1998:P.129)

Essas questões levantadas pelos autores são bem presentes no contexto da escola pesquisada, onde existem espaços-lugares que possuem “donos” e as demais pessoas não têm acesso a eles. Como exemplo, pode-se citar os espaços considerados privilegiados como o laboratório de ciências, uma sala montada com equipamentos e utensílios básicos para realização de pequenas experiências e experimentos, que é subutilizada por conta da dificuldade de acesso imposta por aqueles que detêm o poder de guardá-la. As barreiras levantadas para dificultar esse acesso, são sempre subsidiadas por discursos em prol da conservação e manutenção do bem e do patrimônio existente e por conta da limitação em conseguir material de consumo como os reagentes ou corantes específicos.

Assim também ocorre com a biblioteca que possui um espaço amplo com todo o mobiliário próprio e um acervo que atende as necessidades básicas das áreas do conhecimento; porém permanece fechada, apesar dos vários apelos dos professores e alunos pelo uso do espaço e acesso ao acervo existente. O discurso agora que impossibilita o uso, é a falta de pessoal para atender enquanto bibliotecária, é a negação do direito de acesso a algo que é bem comum e pertence a todos, por aqueles que têm o poder de decidir e determinar como as coisas devem andar. Enquanto isso, o acervo vai se deteriorando e tornando-se obsoleto.

O conflito está em toda parte, na luta pelo poder, na disputa dos lugares e dos instrumentos de trabalho. Como afirmam Zan e Possato (2014), a escola não é um espaço neutro, estático, mas repleto de vida, de ações, de reações que às vezes acolhe ou nega ao aluno o seu direito público e subjetivo que é o direito de aprender.

Aparentemente, o único espaço-lugar que não existe um controle, e que o acesso é livre para professor e aluno (até por conta do vandalismo, as portas não fecham) são as salas de aula. Porém, um olhar mais minucioso sobre este espaço, seus materiais e sua organização nos revela toda uma relação de poder que já foi estabelecida na própria arquitetura da sala, com quadro sempre à frente, tradicionalmente o lugar do professor, carteiras geralmente enfileiradas, não há preocupação com o conforto térmico ou acústico, pouquíssima iluminação natural o que obriga manter as lâmpadas sempre acesas mesmo durante o dia.

Sobre as condições materiais destes espaços-lugares, Gonçalves (1999) afirma que a aparência de um ambiente, a forma como se organizam seus elementos, os aspectos de salubridade

e conforto, a luz, a cor, a temperatura, o som, a sensação de abrigo provocamno ser humano sensações que podem ser positivas ou negativas, de segurança ou insegurança. Acrescentando elementos para se pensar na importância da organização destes espaços-lugares, na sua não-neutralidade sobre os sujeitos, Zan e Possato (2014), defendemque a arquitetura traz consigo todo um padrão que explicita uma organização política e de poder na estruturação do espaço físico e se materializa nas relações sociais existentes em seu interior e no imaginário social,transformando-se em um dispositivo que pode classificar, organizar, ordenar e hierarquizar os indivíduos.

Confirmando o pensamento acima, Gonçalves (1999) traz que o modo como os espaços se organizam forma uma base material a partir da qual é possível pensar, avaliar e realizar uma gama variada de possíveis sensações e práticas sociais.

Outra questão presente na escola analisada, que também é retratada pelas autorasZan e Possato (2014)é referente à falta de investimento, na última década, em construção de prédios escolares. Para as autoras, as escolas em atividade no Brasil foram construídas para atender um determinado público do passado, onde tínhamos uma população escolar menor, porque as escolas eramelitistas e possuíamentravesqueexpulsavam os alunos através daevasão, repetência e abandono. As autoras justificam que vivemos outra época, com quase cem por centodos alunos em idade escolar na escola.

Além disso, essa situação se agrava, na escola pesquisada, porque passa de um atendimento parcial para um atendimento de tempo integral. Com essa nova proposta a escola requer uma nova demanda de espaços-lugares, pois no tempo integral oalunopermanecedurante todo o diana escola, e issoaumenta a necessidadepor espaços específicos. Espaços destinados àsrefeições, à higiene, ao conforto, à realização das estações de saber e oficinas, atividades que estão presentes na atual proposta pedagógica, com condições ideais para a garantia do direito à aprendizagem.

Pode-se afirmar como base na observação realizada na escola, e diante das pesquisas de Kowaltowski (2011), que nos seus aspectos físicos a escolha atende aos princípios de uma arquitetura racionalista ligada à uma tipologia construtiva fabril dentro de uma tendência do controle e da disciplina presentes na arquitetura escolar a partir do século XIX na Europa.

Dos espaços externos: dificuldades e possibilidades educativas

O terreno onde a escola foi construída é bastante acidentado e todo esse desnivelamento foi utilizado dentro do projeto de construção, criando um prédio na forma de pirâmide inversa com 06 pisos de alturas diferentes, sem construção sobre posta, interligada de um lado por escadas e do outro lado por rampas, construídas posteriormente para atender aos padrões de acessibilidade. Pelo tamanho da área externa e o alto custo de manutenção, existe muita dificuldade para manter esse espaço limpo e organizado o que ocasiona o acúmulo de muito lixo e de matagal em volta da área construída.

Vale ressaltar que existe, por parte dos professores, um desejo de utilização dos espaços livres, o que sempre é inviabilizado pelas condições materiais. Porém, não há uma inércia. Várias propostas já foram testadas usando a criatividade e com ajuda de alguns parceiros; no entanto, percebe-se a falta de casamento do espaço livre com uma proposta pedagógica, mais permanente e sistêmica. As iniciativas já testadas são sempre pontuais ou de um ou outro professor, existe uma falta de elo, de um vínculo de continuidade pedagógica, que discuta e que, de fato, vislumbre e utilize os espaços não construídos como possibilidades pedagógicas, detonadores de experiências concretas, práticas, que dê significância à aprendizagem dos alunos.

Uma das questões-problema do espaço externo é a falta de lugares em meio a muito espaço físico disponível, porém não apropriado ou não adequado às atividades externas, criando um contra-senso, visto o tamanho da área livre que a escola possui. Essa inexistência de infraestrutura prejudica principalmente o desenvolvimento de atividades esportivas, pois a quadra existente não é coberta, o que impossibilita o seu uso nos dias de muito sol e de chuvas, além de se encontrar em péssimo estado, necessitando de manutenção.

Essa situação traz descontentamento tanto dos professores quanto dos alunos. Quando olham para os espaços livres, a maior preocupação, principalmente dos educadores da escola, é transformá-los em espaços utilizáveis, já que os alunos passam o dia todo na escola sem disporem de áreas de convivência e de descanso adequada. Uma atividade recentemente abortada ou aguardando as condições materiais para se concretizar, em relação a essas áreas livres, é a construção de um redário (lugar para se colocar as redes) para o descanso dos alunos após as

refeições. Outra iniciativa, também não realizada, foi à construção de uma quadra de areia com os alunos, porém na caminhada da construção as condições materiais e financeiras voltaram a se manifestar, enquanto entrava, o que inviabilizou o trabalho.

Para esse contexto de projetos, sonhos, atividades pensadas e abortadas vale destacar o que nos traz Zan e Possato (2014) em seu texto, ao classificar os tipos de violência e sua natureza dentro da escola. Elas apresentam, sustentadas em pensadores como Charlot (2002), três formas de manifestação da violência dentro da escola; a violência **da** escola; a violência **na** escola; e a violência **a** escola. Define a violência **da** como a praticada pela instituição de forma simbólica, que se expressa pela maneira como essa e seus agentes tratam os jovens. Na instituição estudada, apesar de ser uma escola de tempo integral não há lugar preparado para a realização das refeições, e muito menos para o momento de descanso dos alunos. No período vespertino, o que se tem são jovens e adolescentes jogados pelo chão em qualquer lugar que faça sombra ou ofereça o mínimo de conforto, enquanto esperam o retorno das atividades.

Essa forma de violência **da** escola, afirma as autoras, sempre vem associada a outro tipo de expressão de violência simbólica, a violência **à** escola, aqui praticada na maioria das vezes pelos alunos. Para eles a violência **à** escola tem uma íntima relação com a natureza; já as atividades escolares, continuam as autoras, quando os alunos incendiam o prédio ou depredam o patrimônio, batem ou insultam os professores, eles se entregam à essa violência com o propósito de atingir a instituição e aqueles que a representam.

No caso da escola em análise, esse comportamento foi visível quando os alunos destruíram com facas e estiletes as poucas almofadas disponíveis para o uso no período de descanso, quando não frequentam as aulas, mesmo estando na escola, quando quebram as vidraças e sujaram as paredes, quando destroem móveis, bem como os copos que servem a alimentação escolar, ao jogarem por todo o espaço da escola. Resposta previsível diante de tanto descaso e descuido dos responsáveis pela instituição escolar que submetem alunos e professores a espaços que não oferecem condições adequadas de trabalho e muito menos de aprendizagem.

O texto de Zan e Possato (2014) faz um passeio pela representação do Panóptico de Bentham, trazido com alegoria por Foucault (1990), para analisar a microfísica do poder presente dentro nas instituições de educação, com o intuito de vigiar e punir os fora do padrão, no contexto

de uma sociedade disciplinadora, que evolui para a representação de Deleuze (1992) com o crescimento e o advento da tecnologia de controle, onde a disciplina da escola e da sociedade é substituída pelo controle do indivíduo. E esse controle se dá de diversas maneiras, pois o objetivo contemporâneo do controle não é coerção, mas sim a previsão.

Não é mais necessário o confinamento dos corpos, a opressão agora se mostra no padrão estético e na falta de cuidado com o prédio escolar, bem como na falta ou escassez de material para o trabalho, realidade bem presente na escola em questão. Diante de cenários desmotivantes para alunos e professores, onde as condições, as relações e a infraestrutura existentes oprimem, juntamente com a ausência de um projeto educativo comprometido com a construção da liberdade e da autonomia dos sujeitos nestes espaços, a escola estudada nos remete a questionar a intencionalidade da proposta de educação integral para o Ensino Médio do governo do Estado da Bahia, quando este se propõe a fazer essa modalidade de ensino para os jovens, sem oferecer aos mesmos e aos profissionais condições mínimas de trabalho e de aprendizagem.

Como foi possível verificar na escola em questão, mudou-se a modalidade de atendimento usando uma infraestrutura que já apresentava problemas para atender o regime parcial, levando em conta que essa escola foi construída em 1979 e nunca passou por uma reforma desde então.

Diante destes cenários, a escola estudada é Escola de Todos Nós, porque sustentado em Zan e Possato (2014) ela representa as escolas públicas do Brasil, na atualidade. Para essas autoras, hodiernamente, a escola pública se encontra em crise, somente restou trancafiar os alunos, cumprir protocolos, horários, sem realizar reflexões e questionamentos sobre a função desta instituição. Usando referenciais como Funari e Zarankin (2005), Zen e Possato (2014) defendem que se quisermos, de fato, reverter essa realidade “as próprias estruturas materiais escolares precisam ser alteradas, a cultura material escolar condiciona até mesmo o êxito dos procedimentos inovadores” (p.143).

Apesar dessa realidade, observou-se também, por outro lado, a presença de algumas iniciativas, embora solitárias, na busca por soluções. Momentos únicos onde professores e alunos, com financiamento próprio, interferiram e modificaram alguns ambientes deste espaço. Segue abaixo fotografias das áreas externas, pós intervenção, realizada por professores e alunos através de uma tarefa educativa de embelezamento e lazer, durante os jogos estudantil de 2017.

FIGURA 01: ÁREA EXTERNA DA ESCOLA PESQUISADA



Fonte:Facebook da escola pesquisada. Agosto2017



Fonte:Facebook da escola pesquisada. Agosto2017.

As áreas apresentadas nas imagens fazem parte dos espaços livres localizados entre as salas e no entorno da área construída da escola, destinadas a circulação de pessoas, que sofreram

interferência com ações de embelezamento e de jardinagem realizada por alunos e professores em agosto de 2017.

Considerações

Revisitar os espaços físicos da escola em estudo, com o olhar atento e minucioso do observador, para a descrição de uso e funcionalidade dos seus espaços, foi uma experiência reveladora e ao mesmo tempo assustadora, pois no distanciamento necessário para a observação e análise, percebeu-se uma rede “silenciosa” de poder que é exercido por todos aqueles que detêm o poder de liberar, controlar ou guardar os espaços, como referência podemos apresentar a luta pela posse e guarda das chaves, como da sala de mídias, laboratório de informática, laboratório de ciências, biblioteca, etc...

Outra constatação foi o descontentamento de professores e alunos com a situação na qual a escola se encontra. Nas suas conversas, a queixa recorrente é da falta de condições de trabalho e de aprendizagem. Essa situação ficou mais agravada pela decisão governamental no ano de 2016 transformando a Escola de Todos Nós em tempo integral, como já caracterizamos no texto, agravando e acarretando ainda mais a demanda por espaços adequados e específicos para atender com dignidade esses jovens durante todo o dia.

As questões que foram levantadas neste estudo, através da observação das relações e ocupação dos espaços no interior da escola, da conversa com a equipe e análise da planta baixa do prédio, apontam para as dificuldades que são comumente presentes no contexto da escola pública, na última década, principalmente em relação à escassez de lugares e ambientes de aprendizagem adequados a uma educação de qualidade.

Vários autores apontam para indícios de sucateamento e precarização da oferta da educação no nosso país. Segundo os autores utilizados no texto, a luta por uma escola pública de qualidade requer a existência de condições materiais que garantam, de fato, essa qualidade, pois é a existência de espaços físicos de educação que integram um conjunto de condições capazes de viabilizar essa tão almejada possibilidade. Acrescentam ainda a essas questões, o nosso referencial teórico, que a defesa de uma educação para todos, articulada a uma prática social excludente, só

revela o interesse das classes dominantes em estender a escolarização para todos apenas em “doses homeopáticas”, ou no sistema do “faz de conta”.

Defendem que o direito à educação, para tornar-se realidade, precisa materializar-se, concretizar em um sistema que comporte programa, currículo, métodos, espaços físicos, professores e condições de trabalho, entre outros. Por fim, registrou-setambém, embora tímidas, algumas iniciativas de intervenção neste espaço por parte dos professores e alunos, na busca de se construir espaços mais atrativos e que ofereça condições dignas de descanso e aprendizagem para esses adolescentes.

Referências

BAHIA. Secretaria de Educação. Programa de Educação Integral. Salvador, 2014 (Versão Preliminar).

DELEUZE, Gilles. **O ato de criação**. Folha de São PAULO, São Paulo, 27 jun 1999. Caderno Mais!

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. e TRD. De Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

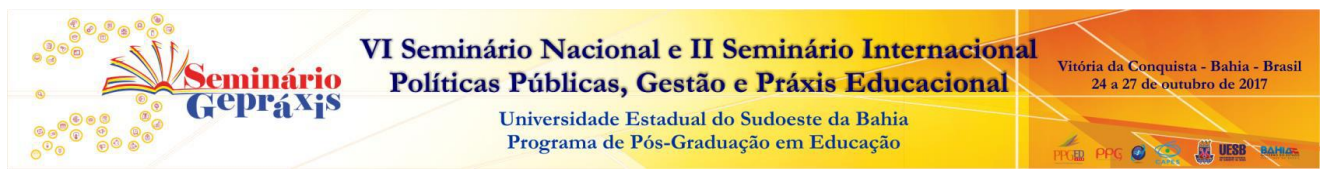
LIMA, M. M. S. (1989). A cidade e a criança. São Paulo: Nobel.

GONÇALVES, *Rita de Cássia Pacheco*. **A arquitetura escolar como materialidade do direito desigual a educação**. *Revista de Educação e Processos Inclusivos, Florianópolis, SC, Brasil* - - eISSN 2175-8050/1999.

KOWALTOWSKI, Doris C. C. Knatz. **O programa arquitetônico no processo de projeto: discutindo a arquitetura escolar, respeitando o olhar do usuário**. Disponível em: <http://www.dkowaltowski.net/wp-content/uploads/2014/07/O-programa-arquitetonico-SBQP-2012.pdf>. Acessado em 05/07/2017.

KOWALTOWSKI, D. **Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino**. 1. Ed. São Paulo, SP: Oficina de Textos, 2011.

SCHMIDT E MAGRO. **O gestor e a organização do espaço escolar**. XVI ENDIPE- Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino – UNICAMP-Campinas. 2012



ZAN E POSSATO. **Espaços Cerrados:** As marcas da violência e do controle na arquitetura das escolas. Revista e – Curriculum, São Paulo, V.12, nº03. Out/dez.2014.